

Novas articulações universitárias — pós-graduação, investigação e massificação do ensino superior**

A modernização acelerada da sociedade portuguesa dos últimos anos tem vindo a levantar uma série de questões a todos quantos se encontram envolvidos no planeamento e programação do ensino superior. Em suma, surgiram à nossa volta *novas articulações universitárias*. Outras mudanças ainda, que se avizinham, constituem desafios que, por vezes, temos dificuldade em enquadrar. O presente texto explora a forma como a massificação do ensino superior nos obriga a repensar a relação entre a universidade e a investigação.

O Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que, durante longos anos, foi unicamente uma instituição de investigação, iniciou recentemente actividades de pós-graduação — primeiro a nível de mestrado e agora de doutoramento. As funções de coordenação e planeamento que aí tenho desempenhado têm-me obrigado a reflectir sobre a forma como estas actividades se articulam, por um lado, com o ensino universitário nos seus moldes mais tradicionais e, por outro lado, com as actividades de investigação que constituem o mandato principal da nossa instituição. Nos comentários que se seguem, a relação entre investigação e pós-graduação e, por sua vez, entre estas duas e o sistema universitário como um todo será abordada sob três ângulos: (a) a evolução do sistema científico português; (b) a evolução contemporânea a nível global da relação entre sociedade e ciência; (c) as próprias alterações que, neste nosso fim de século, têm ocorrido nas concepções sobre o que é ciência.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Texto apresentado como oração de sapiência na cerimónia de inauguração do ano lectivo de 1999 a convite do Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa.

Comecemos por abordar rapidamente a última das três questões. Na verdade, os anos 80 viram um crescente sentimento de desilusão com as concepções modernistas do trabalho científico. As alterações na ordem global, o colapso das grandes ideologias políticas, o fim da guerra fria e da relevância militar que era dada ao desenvolvimento científico, libertaram-nos para uma visão mais distanciada da actividade científica. Num primeiro momento, a desilusão pós-modernista atirou-nos para uma espécie de relativismo envergonhado em que chegou a parecer a muitos que a ciência, afinal de contas, não era mais do que uma herança cultural da civilização judaico-cristã!

Felizmente, uma vez ultrapassados os extremos desse relativismo excessivo, fomos redescobrimo uma forma de fazer ciência que integra, por um lado, a compreensão de que nenhum conhecimento é desenraizado das condições da sua produção com, por outro lado, a patente verdade de que a ciência moderna veio mobilizar meios que, até então, não estavam disponíveis à humanidade.

Descobrimos, portanto, que não éramos assim tão diferentes dos pré-modernos, como nos tinham ensinado os implementadores do projecto da modernidade. A consciência da existência de limites para a modernidade foi surgindo tanto ao nível das implicações práticas da ciência como ao nível das próprias condições teóricas para a sua produção. Assim, ao mesmo tempo que nos íamos competendo de que havia limites ao crescimento económico e tecnológico, ia-se tornando patente também que havia limites para os nossos esforços de criarmos categorias puras, sistemas auto-reguladores, modelos abstractos. Na expressão de Bruno Latour¹, «o trabalho da purificação» revelou-se, afinal, impossível de levar até ao fim. Descobrimos que, tal como os pré-modernos, os modernos criavam produtos que misturavam categorias — que não eram nem sujeitos nem objectos, nem pessoas nem coisas, nem plenamente humanos nem totalmente inumanos, nem puramente factuais nem simplesmente normativos. Quanto mais sofisticados foram sendo os nossos produtos, mais híbridos eles se revelavam. Como exemplos, podemos citar os casos da informática ou da genética — que levantam problemas morais tão vastos que, na sua aparente insolubilidade, nos remetem para as questões clássicas da filosofia pré-moderna.

Deixem-me dar-lhes um exemplo que me é muito querido. Quando pensávamos que a antropologia — construída pela modernidade como a ciência dos «antigos», dos «primitivos», dos pré-modernos — iria transformar-se numa forma de história, uma museologia de si mesma, descobrimos que, afinal, os problemas com que agora nos confrontávamos não eram assim tão distantes daqueles que os nossos pais científicos tinham estudado na África ou na China.

A geração de europeístas, de que eu próprio fiz parte, ia aplicando crescentemente os modelos aprendidos dos nossos professores africanistas às sociedades pós-industriais europeias. A facilidade com que o fazíamos nunca deixou de nos surpreender a todos. Quando, por fim, já na década de 80, surgiram as questões levantadas pelas novas tecnologias de reprodução humana e parecia que tínhamos, finalmente, chegado tão longe de Adão e Eva quanto seria possível, foi com alguma surpresa connosco próprios que descobrimos que a antropologia tinha muito a dizer sobre esses problemas e que para o fazer não tinha de se deslocar assim tanto para fora dos seus tradicionais terrenos teóricos. Afinal, aquela ideia de que «antes» vivíamos todos em clãs e que «dentro em breve» viveríamos todos em famílias evanescentes e totalmente «biológicas», como então se dizia, não era mais do que uma ideologia, um sonho que, em muitos aspectos, chegava até a ter algo de perverso.

Fomos descobrindo que, contrariamente ao que nos tinham ensinado, a ciência não era um campo à parte, mas fazia parte do nosso quotidiano, não era algo de puro e sintético, mas um elemento central das realidades políticas que a modernidade criava. Era um fenómeno *natural e moral* ao mesmo tempo. Logo percebemos que não existe ciência sem técnica — o motor da ciência é o facto de que altera o mundo. E, por sua vez, essa técnica foi a força por trás da modernidade. Alterou o mundo — mas não só, nem sobretudo, o mundo das coisas, também o mundo das pessoas e das moralidades. Os grandes desafios morais que íamos tendo eram inseparáveis da produção científica.

Mas mais do que isso: patentemente, a ciência não era feita cientificamente. Assim, por exemplo, quando caiu o muro de Berlim, foi com surpreendente resignação que aceitámos as mudanças na forma de fazer ciência que nos foram impostas — através da alteração do sistema de subsídio à actividade científica por parte de governos que se adaptavam rapidamente às condições da nova ordem política global.

Contrariamente ao que poderia ser pensado, não foi uma desilusão sobre os poderes da ciência que causou esta consciencialização. Pelo contrário, o que nos abriu os olhos, deitando por terra o sonho da modernidade, foi a escala aterrorizante dos efeitos que a ciência ia tendo sobre o mundo que nos rodeava — e a natureza cada vez mais patentemente híbrida dos seus produtos.

Dessa forma, evaporou-se por completo a ideia de que o cientista tem de ser um ser à parte, um ser isolado do seu mundo que, numa qualquer torre de marfim, liberta a sua mente para produzir ciência pura. A relação entre ciência e sociedade tinha uma nova economia. Desde o tempo dos Gregos que as descobertas científicas afectam a vida política — não fosse Aristóteles o tutor de Alexandre ou Arquimedes o amigo do rei de Siracusa —, mas tornava-se agora para todos patente que a nossa sociedade se fazia a si mesma através da ciência.

Ora nem sempre têm sido tiradas as conclusões que tais descobertas comportam no que se refere ao novo papel da universidade. Tal como no período pré-moderno, em que a teologia dominava a universidade, hoje a passagem entre a academia e a praça pública volta a ser mais curta. Não é por acaso que temos em Portugal, pela primeira vez desde sempre, um Ministério da Ciência. Seria tal coisa pensável há trinta anos?

Mas o corolário que daqui pode tirar-se é o de que o ideal que dominou o período pós-guerra de uma «universidade torre-de-marfim» — de um *campus* longínquo das pressões do quotidiano urbano, em que os aspectos mais esquálidos da modernidade fossem substituídos por uma semi-ruralidade propiciadora da libertação das mentes —, esse ideal, dizia eu, acabou por revelar-se indesejável. Pelo contrário, viemos até a descobrir que não eram só as universidades que necessitavam das cidades, mas as próprias cidades que necessitavam da efervescência académica. Entre nós, na última década, repetem-se os exemplos de cidades rejuvenescidas e reactivadas pelas universidades que nelas foram criadas — como Braga, Évora ou Aveiro.

Consideremos então o caso português. Os longos anos de ditadura e subdesenvolvimento legaram-nos um sistema académico profundamente elitista, cientificamente pouco evoluído e subalterno em termos internacionais. Quando acordámos do longo sono, na segunda metade da década de 70, descobrimos que éramos consumidores de ciência, e não seus produtores. Contudo, o desenvolvimento rápido da sociedade portuguesa nas últimas décadas, tanto quanto a constituição de uma sociedade democrática, tiveram dois efeitos que gostaria aqui de sublinhar: por um lado, uma procura acrescida de ciência por parte da sociedade civil em geral e, por outro, uma procura inadiável do ensino superior por parte de uma percentagem sempre crescente da população.

A conjugação destes dois factores não passou ao lado da universidade. Assim, durante os anos 80 verificou-se o surgimento de novas articulações no relacionamento entre ciência, universidade e sociedade. O esforço feito foi gigantesco, e serei eu o último a menosprezá-lo, já que, pelo menos na área que melhor conheço, a das ciências sociais, os resultados são notáveis — novas faculdades, novos cursos, corpos rejuvenescidos de docentes e investigadores, criatividade científica acrescida, competitividade (relativa, é claro) a nível internacional.

Sumariando, os anos 80 testemunharam o surgimento de três novos elementos nesta articulação universidade-ciência-sociedade. O primeiro, a que podemos chamar massificação, foi a abertura das portas da universidade a um número vasto de estudantes. Trata-se de um processo que era inevitável, já que, por um lado, como resultado do desenvolvimento económico, a procura de saberes técnicos e científicos aumentou exponencialmente e, por outro lado, o desenvolvimento da democracia levou uma parte crescente da sociedade a procurar a distinção social associada a um título universitário.

O segundo foi a constituição de um ensino de pós-graduação. Lentamente, foi colapsando o velho modelo de «assistentes» que, lá para o fim da sua carreira, se iam doutorando. Segundo esse modelo, o doutoramento não era propriamente um grau ou um curso — pelo que, por exemplo, não fazia qualquer sentido exigir propinas aos alunos de doutoramento —, mas era sim uma distinção, um direito para quem conseguia lá chegar depois de uma longa carreira docente. Assim se explicava, por exemplo, que as disciplinas afins dos doutoramentos fossem disciplinas de licenciatura — o que, à luz do sistema agora vigente, parece incompreensível. Criaram-se mestrados e começaram-se a fazer doutoramentos mais rápidos, mais numerosos, mais dirigidos para uma investigação que, a nível internacional, começa a revelar-se competitiva.

O terceiro é a constituição de estruturas de apoio à investigação que permitem separar esta das actividades quotidianas dos docentes. Por exemplo, lentamente, começaram a surgir bibliotecas universitárias dirigidas para a investigação — algo que no início dos anos 80 era inaudito entre nós; começaram a surgir bolsas para investigação ao nível da pós-graduação; começaram a existir júris de pares, cientificamente validados, para a atribuição de fundos para a investigação; começaram a consolidar-se instituições de investigação abertas à pós-graduação. Enfim, o desenvolvimento da estrutura de investigação nacional é patente a todos, creio eu.

Tudo isto é importantíssimo, mas não valeria a pena falar sobre o assunto, não fosse sentir que o processo está longe de ser consolidado e que, precisamente, estamos hoje num ponto de viragem. Há que assumir as novas articulações universitárias que surgiram à nossa volta e trabalhar conscientemente com elas. Urge não continuar a reproduzir por tibieza intelectual os modelos elitistas e corporativizantes que constituem uma parte tão marcante da nossa tradição cultural nacional. Caso não o façamos, estaremos a passar aos nossos descendentes uma herança de subalternidade relativa a nível global. Assim, consideremos quais sejam as implicações destas três grandes mudanças e como poderemos nós contribuir sabiamente para a maximização destas novas articulações.

Em primeiro lugar, a questão da massificação. Ninguém nega que o processo ocorreu e parece-me que, pelo menos em princípio, raros são os que diriam que não deveria ter ocorrido. Claro que é bom que haja mais portugueses que passaram pela universidade! Todos sabemos que a comparação das quotas de graduados na população são um factor importante na corrida europeia para fugir ao último lugar. Quando os meus colegas do ICS vieram a público revelar que havia taxas de iliteracia preocupantes em Portugal, as vozes gritaram em uníssono: «Eduquem-se!»

Contudo, o processo ocorreu de uma das formas mais infelizes que poderíamos ter imaginado. As universidades portuguesas não responderam a

tempo ao desafio e, verdade seja dita, o governo de então revelou-se também destituído de génio suficiente para empreender a tarefa. Sendo eu pessoalmente um apologista da existência de universidades privadas, não obstante recorde que o processo pelo qual elas foram criadas e validadas pelo Ministério da Educação nos anos 80 será sempre uma memória perturbadora do nosso sistema educativo.

Entretanto, os docentes universitários protestam todos a uma só voz que os alunos vêm cada vez mais mal preparados, que não nos são dados meios para educar tanta gente! Mas, se aceitarmos que a massificação do ensino superior é uma realidade incontornável da modernidade tardia — tanto devido às exigências tecnológicas acrescidas dos sistemas económicos desenvolvidos como por direito resultante da vontade expressa da população em geral dentro de um sistema democrático —, dizia eu, se aceitarmos a massificação como um facto, então as nossas queixas não são mais do que manifestações saudosistas a favor de um monopólio que a velha burguesia profissional, entretanto, perdeu.

Onde jaz então o erro? Na falta de vontade de repensar o modelo de curso de graduação universitária. Precisamos de cursos mais curtos, menos especializados, menos livrescos, com maior formação geral. Precisamos de cursos que se adaptem mais facilmente às rápidas mudanças de temática que são necessárias num sistema educativo aberto a uma sociedade tecnologicamente avançada, na qual, portanto, a procura de consumo de ciência evolui rapidamente. Precisamos de uma estrutura de cursos que facilite o processo de formação contínua que acompanha a nova estrutura profissional em que a carreira-para-a-vida deixa de ser a norma.

Consideremos agora a segunda questão — a pós-graduação. Contrariamente ao nosso Estado vizinho, Portugal optou por um sistema de mestrados que combina uma parte lectiva com investigação e doutoramentos só de investigação. Estou pessoalmente convencido de que tal foi a decisão correcta, já que o modelo contrário tende a reduzir excessivamente as expectativas de qualidade ao nível do doutoramento.

Contudo, os problemas estão visíveis para todos. Revelando notável preciência, o legislador estabeleceu claros e rígidos limites temporais para o mestrado. Que eu saiba, porém, raríssimos são os casos em que os limites são cumpridos. Por um lado, a tendência para empolar desproporcionadamente a parte lectiva é quase universal; por outro lado, as teses tendem a ser muito mais extensas do que seria desejável para um primeiro trabalho de investigação.

Silenciosamente, o velho modelo escolástico foi-se reinstalando até na relação professor-aluno! A parte curricular dos mestrados repete o modelo pedagógico de discência passiva característico da licenciatura; a orientação científica da investigação é desigual (até porque os orientadores não são sequer pagos por essa dura tarefa). Finalmente, as teses são frequentemente agigantadas e pouco económicas ao nível da competitividade científica.

De seguida, o doutoramento não evolui naturalmente a partir da investigação realizada no mestrado e continua a constituir um passo tardio na carreira individual, até porque, mais uma vez, não se criaram padrões consistentes de orientação e acompanhamento científico dos candidatos. Este grau continua a ser visto como uma eliminatória no interior da carreira docente, e não como uma prova de criatividade científica indispensável a qualquer carreira académica — concepção esta claramente subjacente aos novos estatutos da carreira de investigação. Em boa verdade se diga, nas humanidades e ciências sociais, estas tendências escolarizantes parecem ser mais vincadas do que nas outras áreas.

Creio que ainda não foi suficientemente compreendido que, nos nossos dias, o motor da criatividade científica de uma comunidade nacional jaz nos seus programas de pós-graduação. Aí é que os cientistas se formam, aí é que se revelam, aí é que deixam a nata do seu génio, revelado no momento de maior criatividade individual de cada um deles.

Passemos então à investigação. Ninguém duvida, creio eu, da importância de desenvolver centros de investigação situados à margem das universidades. Mas acho também que é acordo geral que, para que uma comunidade científica seja saudável, a maioria das instituições produtoras de ciência não pode estar dissociada da formação das pessoas que «transportam» essa ciência. Por conseguinte, a formação universitária de investigadores é indispensável para a boa saúde de qualquer sistema científico.

Não nos esqueçamos de que o sonho quietista de que, caso a humanidade se fartasse, seria possível simplesmente parar com o desenvolvimento científico é um absurdo que só pode ser contemplado por quem não pense muito sobre o assunto. Na verdade, a intervenção tecnológica do homem sobre o mundo foi tão profunda que se tornou irreversível: também neste aspecto, «parar é morrer»! Para continuarem a viver com um mínimo de prosperidade, as comunidades humanas são hoje obrigadas a responder constantemente aos desafios gerados pela ciência. E, note-se, toda a ciência — tanto a chamada natural quanto a chamada social.

Assim, as funções da investigação universitária são múltiplas. Identifiquemos algumas. Primeiro, a contribuição central para o avanço da ciência e o rejuvenescimento da técnica. Segundo, a renovação constante do ensino universitário — que, de outra forma, estiolaria. Terceiro, a formação dos professores — que passa impreterivelmente pelo cadinho da pesquisa científica. Quarto, a formação de pessoal cientificamente sofisticado para responder às necessidades já não só do que antigamente chamávamos «a indústria», mas de praticamente todos os sectores da sociedade. Se, de cada vez que uma empresa necessitar de pessoal sofisticado numa qualquer área científica subdisciplinar tiver de pagar para o lançamento, manutenção e desenvolvimento de todas as infra-estruturas laboratoriais e educativas necessárias para a formação desse pessoal, então ela

irá, pura e simplesmente, comprar essa ciência e a correspondente tecnologia a qualquer outro país. Com isso nos subdesenvolveríamos.

Como afirmava recentemente o nosso actual ministro da Ciência, não é aceitável que, num contexto europeu, os países se especializem cientificamente em áreas particulares — distribuindo os centros de excelência pelos países. Pelo contrário, todos têm o direito a quererem ter um pouco de todas as áreas científicas — até porque a corrida é desigual à partida e, a médio prazo, tal especialização não seria mais do que uma discriminação encapotada.

Se considerarmos, portanto, que a existência de uma comunidade científica depende da contribuição da universidade, no sentido mais geral da expressão, então que tipo de investigação deve a universidade contemplar?

Cinco preceitos óbvios me ocorrem (não se trata, é claro, de categorias mutuamente exclusivas):

- a) Investigação fundamental livre, sem a qual não há solidez no conhecimento;
- b) Investigação resultante de pedidos externos (tanto do sector público como do privado), sob todo um leque variado de distintas formas de subvenção financeira e mais ou menos dirigida a resultados tecnológicos;
- c) Investigação ligada à docência, tanto na formação de futuros investigadores e docentes como na constituição de novas matérias docentes;
- d) Tanto investigação disciplinarmente específica quanto investigação interdisciplinar;
- e) Por fim, investigação cuja relevância seja medida tanto por relação a contextos locais como a contextos globais.

Idealmente, as instituições universitárias deveriam ser pensadas por forma a contemplarem todos estes diferentes eixos, já que só assim poderemos ter desenvolvimento científico equilibrado e realizar a articulação entre graduação, pós-graduação e investigação — o ideal universitário que proponho para a nossa actual condição de modernidade tardia.

A massificação do ensino superior só significa descida de qualidade para quem não queira responder a novos desafios. Pelo contrário, a constituição de uma comunidade muitíssimo mais vasta de consumidores de ciência, espalhados um pouco por toda a parte na sociedade, representa um aumento quantitativo tal que tem profundas implicações qualitativas sobre a comunidade científica em causa. Perdoem-me a metáfora, mas é muito mais fácil ser um bom escritor num país onde há muitos leitores do que num país onde só um pequeno grupo de amigos, todos mais ou menos conhecidos, lê o que se publica.

A massificação, contudo, obriga as instituições universitárias a um processo de reenquadramento interno que passa, se concordarem com o que

afirmei acima, pelo desenvolvimento da pós-graduação e pela constituição de contextos institucionais sólidos para a promoção da investigação.

Chego, assim, ao termo da minha digressão. As universidades, portanto, necessitam de abordar criativamente as instituições de investigação que abrigam, criando elos entre estas e os respectivos projectos de pós-graduação.

Ora a continuidade da investigação requer tanto mentes jovens e criativas quanto orientadores capazes, infra-estruturas vivas, tradições respeitadas. Necessita de centros, de institutos, de laboratórios, de bibliotecas, de infra-estruturas comunicacionais informáticas, etc. É importante que estas instituições sejam prestigiadas, conhecidas do público como locais de excelência. O bom nome dos seus institutos, laboratórios ou faculdades é um dos factores viabilizantes centrais para uma comunidade científica. Todos sabem que isso não se faz do dia para a noite — são legados que cada geração deixa às que a seguem.

Mas a investigação necessita também de agentes. Isto é, urge promover culturas científicas que proporcionem a criatividade. Só circunstancialmente é que a investigação é uma tarefa individual. É necessário constituir equipas. Mas estas equipas têm de ser potencializadoras, e não inibidoras. Têm de ser fáceis de criar tanto quanto de dissolver. Têm de possuir coerência interna, resultante de uma orientação científica positiva (o que, em Portugal, é frequentemente recusado, já que a liderança é muitas vezes vista como ameaçadora para os restantes membros da equipa).

Se nos lembrarmos de que a prática da ciência é uma actividade social como as outras e que a formação de cientistas nunca deixará de ter uma forte componente de semelhança com a formação de artesãos, por muito que inclua também outros aspectos, então é importante perceber que os efeitos de atitudes voluntaristas, destruidoras das socialidades estabelecidas, são muito dificilmente recuperáveis. Nunca mais poderá a história esquecer-se da terrível lição que foi o desastre humano da grande revolução cultural chinesa.

Há que saber respeitar as diversidades internas que, por via da história, viermos a encontrar dentro das nossas instituições. Só devemos substituir o que não está a funcionar bem e devemos sempre resistir à ideia de aplicar a todos os pacientes a mesma cura.